

Venda do prédio da Cooperativa do Congresso está sob suspeita

* 1 ABR 1993

CORREIO BRAZILIENSE

Cláudia Moreira

O prédio da Cooperativa do Congresso, no Setor de Garagens dos Ministérios Norte, construído com recursos do Senado e da Câmara, foi vendido de forma irregular, segundo denúncia do deputado Chico Vigilante (PT/DF). Ele disse haver suspeitas de que parte do dinheiro foi desviada. Além disto, vários funcionários reclamam direitos trabalhistas na Justiça.

A operação de venda do prédio realizou-se em 1991 para sanar dívidas da Cooperativa que vinham se acumulando desde 1985. Aliás, a Cooperativa foi desativada em 1989, pois não havia mais estoques nem crédito na praça. O atual presidente, que fez toda a transação, é o funcionário João Henrique da Silva. Na época em que houve a desativação, João Henrique era o diretor administrativo. De acordo com ele em 1989, foram 29 funcionários demitidos porque não havia dinheiro em caixa para pagá-los. E aí surge outro problema.

FGTS — Os funcionários receberam apenas parte do FGTS, fazendo com que a maioria deles entrasse na Justiça. Hoje, tramitam 17 ações trabalhistas contra a Cooperativa, que continua alegando falta de verbas para efetuar os pagamentos e quitar o restante das dívidas. Neste meio tempo, a Terracap estabeleceu um prazo de 45 dias para a venda do terreno onde estava o prédio da Cooperativa, pois o terreno era uma concessão de uso. Sem dinheiro e orientado por advogados, João Henrique escreveu cartas a oito empresas para verificar se elas tinham interesse na compra do lote. O Sistema Engenharia e Arquitetura Ltda fechou negócio.

Em 1991, João Henrique comprou o terreno em nome da Cooperativa e um mês depois vendeu-o àquela empresa, paulista. Junto com o terreno foi o prédio da Cooperativa, construído desde 1974. O dinheiro da venda na

época Cr\$ 1 bilhão 232 milhões 839 mil 644, foi utilizado de acordo com o presidente da Cooperativa, no pagamento das dívidas com o INSS, FGTS, fornecedores e funcionários. Porém, salienta, ainda falta pagar parte dos funcionários que têm ação na Justiça e alguns fornecedores.

O diretor administrativo da Cooperativa, José Afonso Jácomo do Couto, alega que, se não houvesse vendido o terreno e o prédio, os associados teriam de arcar com os prejuízos. Pelo Estatuto da Cooperativa, os associados são solidários nos lucros e nas perdas. Por isso, além de resolver a situação de maneira emergencial, José Afonso ainda teve de penhorar bens próprios para quitar dívidas. Para se ter uma idéia, "a dívida atual, somente com o GDF, corresponde a cerca de 900 milhões de cruzeiros. No final, eu tive um prejuízo financeiro e moral", salienta.

Sob investigação — A comercialização do prédio — considerado público, apesar de que João Henrique e José Afonso afirmem o contrário — já foi comunicado ao Corregedor da Câmara, deputado Vital do Rêgo. O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, afirmou que se for constatada irregularidade, a Câmara tomará medidas cabíveis para reaver o imóvel.

Com tantos problemas, o prédio da Cooperativa acabou sendo alugado. Mas a história do aluguel também é um pouco complexa. Quando a Cooperativa foi desativada, em 1989, o então presidente José Ribamar Barbosa alugou o local à empresa M.A.M., de Mohamed Ali Mahmoud. O empresário, então, montou um supermercado, o Esplanada. O atual presidente da Cooperativa, João Henrique, alega que Mohamed deixou de pagar o aluguel há muito tempo e que sempre fazia ameaças (inclusive documentadas em fita cassete) para que o terreno fosse vendido a ele.